

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

PSD faz 35 anos



Editorial

35 ANOS

O PSD faz 35 anos.

É toda uma vida.

Uma longa história.

Um percurso de sucesso.

É hora de prestarmos um tributo aos seus fundadores e em particular a Francisco Sá Carneiro.

O PSD é hoje um grande partido estruturante da democracia portuguesa. Uma alavanca de progresso, de modernidade e de desenvolvimento sustentável para Portugal. Com a dignidade da pessoa humana como matriz da sua acção.

Valeu a pena!

Obrigado Francisco Sá Carneiro! - Jorge Neto, Director do PL

Destaque

A presidente do PSD acusou o Primeiro-Ministro de ser o “rosto da crise” e de pressionar empresários para adiarem reestruturações nas suas empresas, encobrindo assim a realidade social do país até ao dia das eleições legislativas.

PG 2



“Sócrates é o rosto da crise” e pressiona empresários a adiar reestruturações “para ocultar a verdadeira situação até às legislativas”

A presidente do PSD acusou o Primeiro-Ministro de ser o “rosto da crise” e de pressionar empresários para adiarem reestruturações nas suas empresas, encobrindo assim a realidade social do país até ao dia das eleições legislativas.

Falando na festa do 1º de Maio dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), que juntou largas centenas de pessoas no mercado da Ribeira, Manuela Ferreira Leite fez um duro ataque ao primeiro-ministro, acusando-o de “arrogância”, de “passear-se nas televisões”, de ser “o rosto da crise” em Portugal e de seguir uma política que privilegia “uns em detrimento de outros” ao nível dos apoios empresariais.

“Nesta grande cruzada de se apresentar como o grande actor no combate à crise, o primeiro-ministro faz anúncios de milhões de euros todos os dias; mas os resultados são cada vez piores. É legítimo perguntar para onde está a ir todo esse dinheiro. Ou tudo não passe de anúncios ou o Governo tem de dizer para onde está a ir esse dinheiro”, declarou a líder social-democrata.

Segundo Manuela Ferreira Leite, muita da realidade do país está a ser encoberta pelo Governo “com acções de formação e pressões sobre empresas para adiarem as suas decisões de reestruturação”.

“Não sabemos qual é o prazo que o Governo dá a si próprio e a muitos empresários para encobrir a verdade. Temos motivos para pressentir que o prazo é até ao dia das eleições”, apontou, recebendo uma prolongada ovação.

Neste contexto, a presidente do PSD acusou o primeiro-ministro de estar a cometer “uma grave irresponsabilidade social sem paralelo e uma insensibilidade que se julgava impensável”.



“O que se espera de um primeiro-ministro é que saiba agir no momento próprio, mas para o engenheiro Sócrates agir é falar alto, gesticular bastante e aparecer a toda a hora a fingir determinação. Nada disto resolve problemas, nada disto contribui para o bem-estar de alguém, porque tudo isto é espectáculo meticulosamente encenado”, declarou a líder social-democrata.

A presidente do PSD acusou ainda o primeiro-ministro de seguir uma política “arrogante”, do passado, de “homem

só” e de ter procurado retirar dividendos eleitorais da actual crise, para depois se apresentar como “salvador da pátria”.

“O engenheiro Sócrates ainda não percebeu que o Mundo avançou e que as receitas de um homem só são do passado. O engenheiro Sócrates prefere não ouvir, não escutar ninguém e assim vai repetindo os erros”, acusou a líder social-democrata, dizendo que “os mais prejudicados por esta política de um homem só são os trabalhadores, as empresas e as famílias”.

“Este Governo socialista parou no tempo e contra isto temos de lutar”, disse, numa apelo à mobilização das “bases” sociais-democratas para o próximo ciclo eleitoral.

Segundo a presidente do PS, na Europa, “todos os outros governos coordenaram os seus esforços de combate à crise com empresários, sindicatos e com os partidos, mas o engenheiro optou por nem sequer consultar os sindicatos sobre hipotéticas medidas”.

“Este Governo tudo tem feito para desvalorizar a intervenção sindical”, disse, antes de acusar José Sócrates de ser arrogante do ponto de vista político.

“O primeiro-ministro tem tido uma atitude arrogante perante a crise”, na lógica de que “ele é que sabe, ele é que decide - uma opção de natureza claramente política”, sustentou a presidente do PSD.

Na perspectiva da líder social-democrata, logo que surgiram os primeiros sinais da crise internacional o primeiro-ministro “viu então a grande oportunidade de arranjar uma desculpa para os resultados negativos da sua política”.

“A crise passou a ser o bode expiatório de todo e qualquer facto resultante da sua política de descalabro. O primeiro-ministro fez passar a ideia de que o que estava mal era culpa da crise e, quando ela acabasse, havia apenas um salvador da pátria, ele próprio”, apontou.

“Tudo se ficava a dever a uma só pessoa e a mais ninguém”.

Neste ponto, Manuela Ferreira Leite acusou o secretário-geral do PS de tentar “retirar benefícios” políticos dos problemas do país.





“Em vez de conjugar esforços para minimizar os efeitos da crise, actuou sozinho, para sozinho tentar retirar os respectivos louros. Por isso, os resultados negativos têm apenas um rosto: o do engenheiro Sócrates e mais ninguém”, declarou, recebendo muitas palmas.

* * *

O cabeça de lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, esteve ausente do almoço dos TSD por ter ficado retido no aeroporto de Frankfurt (Alemanha), depois de ter participado em Varsóvia (Polónia) no congresso do Partido Popular Europeu.

Mesmo assim, Paulo Rangel enviou uma mensagem, que foi lida pelo presidente dos TSD, Arménio Santos, em que garantia que a sua principal preocupação seria o emprego e o mundo do trabalho.

No Fórum “Portugal de Verdade”, em Viana do Castelo

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, garantiu que não fará qualquer coligação pós-eleitoral com o PS, caso nenhum dos partidos vença as eleições legislativas com maioria absoluta.

“Comigo, com certeza que não [haverá coligação], pela simples razão que os meus princípios, os meus valores, os meus objectivos políticos, a política que eu proponho são radicalmente opostos aos do engenheiro Sócrates”, afirmou.

“Isso [coligação] é verdadeiramente impensável”, acrescentou Manuela Ferreira Leite, que falava em Viana do Castelo, no final de uma visita a uma cooperativa de pesca.

O anterior Presidente da República, Jorge Sampaio, admitiu que poderá ser necessário um Bloco Central para garantir a estabilidade do país, caso nem o PS nem o PSD alcancem maioria absoluta nas Legislativas.

“O PSD deve, e pode, ganhar as eleições, e quando ganhar as eleições logo se vê a orientação que se segue. Mas não vejo qualquer possibilidade, comigo, de uma coligação com o engenheiro



Sócrates, porque os dois protagonistas são verdadeiramente opostos”, afirmou Ferreira Leite.

“Não é a existência de maiorias ou minorias que torna um país ingovernável. O que torna um país ingovernável são as políticas erradas”, acrescentou, sublinhando que o que importa neste

momento é resolver os problemas do País em vez de se andar “com fantasias e a desviar as questões para coligações assim e assado”.

Disse que Portugal já teve governos de maioria absoluta que resultaram num “verdadeiro desastre” para o país, apontando o caso do actual, e outros governos

de minoria que foram “muito bons”, dando como exemplos o primeiro Executivo de Cavaco Silva ou mesmo, “em termos de estabilidade”, o Governo socialista de António Guterres.

“O que é necessário é que haja um Governo que saiba o que interessa ao país, saiba como vai resolver os problemas”, frisou a líder do PSD, para quem os resultados da política do Executivo de José Sócrates “são cada vez piores”.

“O que é necessário é mudar de política. O PSD está determinado em ganhar as eleições para alterar radicalmente esta política”, defendeu.

A propósito da reunião com os responsáveis da cooperativa de pesca de Viana do Castelo, Manuela Ferreira Leite acusou o Governo de “abandonar e quase ridicularizar este sector”.

“Já sabíamos que não existia ministro da Agricultura, sabemos que acabaram também com a Secretaria de Estado das Pescas. Agora, ficámos também a saber que, deliberadamente, o Governo abandona e está a liquidar igualmente este sector”, afirmou.

Tutela do Mar deve sair da defesa para a Economia, defendeu Ribau

O anterior secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, defendeu segunda-feira, em Viana do Castelo, que a tutela dos assuntos do mar deve passar do Ministério da Defesa para o Ministério da Economia.

“O mar não pode estar à defesa, o mar tem que estar ao ataque, ao ataque do desenvolvimento económico. O seu sítio é no Ministério da Economia”, afirmou Ribau Esteves, também presidente da Câmara de Ílhavo.

Para Ribau, a entrega dos assuntos do mar ao Ministério da Defesa é mesmo “a questão mais ridícula” do actual ordenamento ministerial.

Ribau Esteves falava no decorrer de mais uma sessão do Fórum Portugal de Verdade, desta vez dedicada ao tema “O Mar: desafio estratégico para Portugal”, e na presença da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

Um dos oradores desta sessão, Vítor Verdelho Vieira, presidente da Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, defendeu mesmo a criação do Ministério do Mar.

Manuela Ferreira Leite não interveio nem se disponibilizou, no final, para falar à comunicação social.

O moderador da sessão foi Duarte Silva, antigo ministro da Agricultura e do Mar, que denunciou que nos últimos 50 anos se fizeram muitos estudos sobre o mar mas quase todos sem qualquer aplicação prática.

“Ao longo de 50 anos, fizeram-se estudos, propostas, coisas fantásticas mas, tirando o programa de reabilitação da frota pesqueira longínqua, nos anos 40, e o programa de reanimação do sector de reparação e construção naval nos anos 60, nada mais foi levado à prática”, criticou.

Duarte Silva comparou mesmo esta realidade ao afiar permanente de um lápis.

“É como ter um lápis e estar sempre a afiá-lo. Quando está pronto, já não há lápis. Estudamos muito mas fazemos pouco”, afirmou.





Paulo Rangel lança livro “O Estado do Estado”: federalismo dará mais força aos países pequenos

O líder parlamentar e cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, considera que o Estado está “num caminho de declínio” e defende que a solução passa pelo federalismo europeu, que garante mais força aos países pequenos.

Paulo Rangel falava terça-feira à noite na apresentação do seu livro mais recente, “O Estado do Estado” (editado pela Dom Quixote), na Assembleia da República, perante uma plateia que incluía a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Francisco Van Zeller, o ex-presidente da Assembleia da República Mota Amaral e vários deputados.

“O Estado é a criação humana que imita Deus. É omnipresente, é omnisciente e nunca ninguém o vê”, referiu.

“Acho que o Estado está num estado final, não sei prever é quando. Está claramente num caminho de declínio. A União Europeia é uma solução para um Mundo que tem algumas parecenças com a Idade Média”, referiu o presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Paulo Rangel compara a realidade actual com o período medieval, embora admita que esta não é a melhor comparação, para afirmar que o Estado de hoje “tem de competir com um conjunto de organizações”, a nível local, supranacional, desportivo, religioso ou confessional, para concluir que: “o Mundo é mais competitivo”.

Sobre a questão europeia, Rangel reitera que o federalismo é a solução.

“Soará a arrogância, atendendo às declarações que alguns produziram sobre mim hoje, talvez não seja a característica que eu devesse sublinhar, mas eu sei que tenho razão e portanto estou descansado”, disse, motivando gargalhadas entre o público, pela alusão às declarações do ministro da Economia, Manuel Pinho, que disse terça-feira que Rangel “tem de comer muita papa Maizena para chegar aos calcanhares de Basílio Horta”.

“Para países pequenos e médios as organizações federais dão mais força”, sustentou, exemplificando com a experiência da moeda única, em que Portugal “passou a ter um controlo de 1/16 sobre a variável monetária”.

Rangel esclareceu que a sua ideia de federalismo “não corresponde a um Estado” e que esta solução “pode funcionar em vários patamares”, não se esgotando nos exemplos da Suíça e dos Estados Unidos.

O deputado social-democrata respondeu ao poeta Pedro Mexia, que apresentou a obra de Paulo Rangel, e contestou a ideia de uma Constituição Europeia (defendida no livro), nomeadamente sobre a sua capacidade de respeitar mais os Estados mais pequenos e garantir maior legitimidade democrática.

“Um eurocéptico tem de pôr reservas



a um federalista, não lhe vão cair os parentes na lama”, justificou Pedro Mexia, que admitiu ter ficado com vontade de “votar num escritor”.

“Se há crise no Estado em Portugal, é na justiça”, lembrou Mexia, e acrescentou: “o juiz já não é o simples aplicador da lei, o que se lhe pede é que tenha um papel criativo e democrático”.

Já o historiador Rui Ramos, o outro convidado para apresentar o livro, disse que Rangel o “convenceu” quanto à União Europeia e reflectiu também sobre o “fim” do Estado.

“O enfraquecimento do Estado não significa necessariamente a libertação do cidadão, não só pela exibição da força que o Estado fraco tende a fazer, como pela rede legislativa que prende os cidadãos”, salientou, referindo que um Estado forte exige “uma economia e uma sociedade fortes e auto-reguladas por tribunais e entidades independentes”.

“Talvez só uma política constitucional, de refundação da República pudesse fazer das chamadas reformas um projecto cívico mobilizador. A política pode ser não apenas a constante tentativa de obter resultados através do poder do Estado mas a procura de uma outra forma de conviver politicamente e das instâncias necessárias para tornar essa forma o mais justa e natural possível”, afirmou.

A sessão de lançamento foi acompanhada na blogosfera, nomeadamente nos blogs “31 da Armada”, “O Insurgente”,

“Cachimbo de Magritte” e “Miss Pearls”, com os “bloggers” a escrever mensagens enquanto assistiam à apresentação, numa perspectiva “mais geracional”, justificou Paulo Rangel.

Incompatibilidade programática PSD-PS inviabiliza Bloco Central

O líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, defendeu hoje que existe actualmente “uma certa incompatibilidade programática” entre o PSD e o PS que inviabiliza um novo Bloco Central.

Em declarações à agência Lusa, Paulo Rangel começou por afastar a possibilidade da reedição do Bloco Central argumentando que “o PSD tem como objectivo ganhar as eleições e, portanto, essa questão não se coloca”.

O líder parlamentar social-democrata e cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias acrescentou que “não são só os resultados, mas também os programas” que afastam esse cenário.

“O programa do PSD neste momento é tão diferente do programa do PS de combate à crise que consideramos que isso torna inviável qualquer acordo”, declarou.

Paulo Rangel apontou como pontos centrais da política do PS “o endividamento externo” e “obras faraónicas”.

O PSD, por sua vez, quer uma aposta

“nas pequenas e médias empresas”, um “desagravamento fiscal” através da descida da taxa social única e da alteração do regime do IVA e um investimento público de proximidade.

De acordo com o social-democrata, trata-se de “uma certa incompatibilidade programática”, perante a qual “não faz sentido” falar de um novo Bloco Central.

As declarações de Paulo Rangel à agência Lusa foram feitas a propósito da entrevista do ex-Presidente da República Jorge Sampaio ao Diário Económico, publicada hoje, em que este admite que “pode ser necessário um Bloco Central para garantir estabilidade”. O dirigente social-democrata não quis comentar directamente a posição de Jorge Sampaio, mas aceitou falar em abstracto da questão do Bloco Central.

Rangel marca a linha de separação entre combate político e agressão verbal

O cabeça-de-lista social-democrata às eleições europeias acusou os ministros da Agricultura e da Economia de lhe dirigirem “agressões verbais” e afirmou que estas não calarão a exigência de isenção aos órgãos da Administração Pública.

Na sede nacional do PSD, em Lisboa, Paulo Rangel considerou “inaceitável” que o ministro da Economia, Manuel Pinho, nas suas declarações de hoje, e o



ministro da Agricultura, Jaime Silva, no sábado, tenham “passado à política da agressão verbal”.

No sábado, o ministro da Agricultura alegou que Paulo Rangel “está com muita pressa em ser líder”, defendeu que “devia estudar mais os dossiers, ser mais credível nas suas afirmações” e que as suas afirmações resultam “talvez da juventude, da idade”.

Hoje, em defesa do presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), o ministro da Economia declarou que Paulo Rangel “tem de comer muita papa Maizena para chegar aos calcanhares de Basílio Horta”.

A observação do ministro Manuel Pinho foi feita um dia depois de Basílio Horta ter considerado desnecessária a criação de um novo programa europeu proposta por Paulo Rangel, o que o cabeça-de-lista social-democrata apontou como uma intervenção que “corre o risco de violar o dever de isenção” a que os quadros da Administração Pública estão obrigados.

De acordo com Paulo Rangel, os ministros da Agricultura e da Economia, “talvez por falta de argumentos e com certeza por falta de propostas, entraram nas agressões verbais”, atitude da qual se demarcou.

“É uma coisa que eu não vou fazer. Como tenho propostas e tenho argumentos não preciso de qualificar ninguém. Temos que recusar liminarmente que os ministros de Portugal tenham passado à política da agressão verbal. Não contestam nada do que eu digo, limitam-se a pôr-me nomes”, criticou.

O cabeça-de-lista social-democrata às eleições europeias e líder parlamentar do PSD reiterou que o presidente da AICEP “tem um dever de imparcialidade e de isenção” e que “algo vai mal em Portugal” quando se coloca no papel de “responder a um candidato às eleições europeias”.

“Os órgãos da Administração Pública durante toda a pré-campanha e campanha vão ter de manter a imparcialidade e não há ministro nem primeiro-ministro que possam anular esta exigência e que possam por em causa este princípio com as suas declarações agressivas. O PSD e eu próprio nunca vamos transigir com isso”, rematou.

Confrontado com o facto de Basílio Horta alegar que a AICEP não integra

a Administração Pública, Paulo Rangel contrapôs que “integra a Administração Pública em sentido lato” e sublinhou que “é uma entidade pública” e “não está ao serviço de interesses privados nem de interesses partidários”.

“Ele então entende que a AICEP não tem um dever de imparcialidade perante as forças políticas? Não tem um dever de neutralidade, a AICEP?”, questionou.

O candidato social-democrata ao Parlamento Europeu insistiu que o novo programa proposto por si “é para gerar primeiro emprego no âmbito da União Europeia” e “não se confunde com qualquer proposta nacional que tenha sido feita”.

Paulo Rangel respondeu à acusação de ignorância que Basílio Horta lhe fez afirmando que sabe “tudo sobre os programas da AICEP”, enquanto o presidente da AICEP “não sabe nada” sobre sua proposta.

Hugo Velosa defende a rápida apresentação de novo Orçamento Rectificativo

O PSD defendeu que as previsões económicas da Primavera da Comissão Europeia implicam “um manifesto aumento” da despesa pública, obrigando por isso o Governo a apresentar um Orçamento Rectificativo.

Em declarações à agência Lusa, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa considerou “gravíssimas” as previsões económicas da Primavera da Comissão Europeia hoje divulgadas.

De acordo com o social-democrata, “o aumento do défice” para 6,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 previsto por Bruxelas “implica, para além de uma diminuição da receita, um manifesto aumento da despesa, o que exige um Orçamento Rectificativo”.

“A despesa já não pode corresponder ao que foi orçamentado pelo Governo. O cenário macro-económico em que se baseou o Governo não tem nada a ver com a realidade”, acrescentou Hugo Velosa.

Segundo as previsões da Comissão Europeia hoje divulgadas, este ano o défice orçamental português vai aumentar para 6,5 por cento do PIB e

em 2010 para 6,9 por cento.

“Não sabemos se ficará por aqui”, observou Hugo Velosa, considerando que estes dados são “muito graves” e em parte resultantes de “políticas internas erradas”.

O deputado do PSD considerou “também gravíssima” a previsão de que a taxa de desemprego vai atingir 9,1 por cento este ano, “embora seja ligeiramente melhor do que a média da Zona Euro”.

“Estas previsões manifestamente demonstram que a realidade que consta dos documentos oficiais do Governo é completamente falsa, que aquilo em que se baseia o Orçamento do Estado para 2009 e o Orçamento Suplementar deste ano não corresponde à realidade”, reiterou o social-democrata.

Paulo Rangel: condeno veementemente o que aconteceu com o candidato do PS; mas não admito aproveitamento político dos factos

Paulo Rangel, cabeça-de-lista do PSD às Europeias de 07 de Junho, classificou as agressões e os insultos de que o candidato do PS foi hoje alvo na manifestação da CGTP como “vis” e condenou, na mesma frase, qualquer aproveitamento político do sucedido (mas, infelizmente, estamos a verificar que esse aproveitamento está a ser feita pelo PS e pelo próprio candidato - NR).

Em declarações à Lusa, Paulo Rangel disse ter já enviado uma mensagem a Vital Moreira, manifestando-lhe “solidariedade pessoal e da lista do PSD”.

“Deploramos prontamente e repudiamos totalmente (o sucedido). Trata-se de um acto inaceitável. É vil e anti-democrático e, portanto, manifestamos a nossa solidariedade ao professor Vital Moreira nestas circunstâncias, que naturalmente são circunstâncias difíceis”, disse.

Instado a dizer se os incidentes poderiam vir a reflectir-se nas eleições de 07 de Junho, Paulo Rangel salientou que importa separar a “dimensão cívica e humana e a dimensão da luta política”.



“Na dimensão cívica e humana isto é de tal maneira vil que não podemos misturar isso com qual dimensão da luta política. Portanto, não misturarei, não farei nunca esses juízos. Um acto deste género tem de ser pura e simplesmente repudiado”, frisou.

No mesmo sentido, o cabeça-de-lista do PSD disse “ter a certeza” de que o PS não tentará tirar dividendos políticos da agressão ao seu candidato.

“Tenho a certeza que não (tentará tirar dividendos políticos). Aqui não se trata de aproveitamento político. Trata-se justamente de denunciar estas situações e condená-las de forma veemente para que não se repitam”, disse.

“Não vejo aí nenhum aproveitamento político possível. Pelo contrário, isto tem de ser denunciado realmente e tem de ser veementemente condenado. É a única atitude correcta e séria que se pode ter neste momento” concluiu.

Ainda na Ovibeja, o cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, acusou hoje o primeiro-ministro, José Sócrates, de “malabarismo agrícola” por “prometer centenas de milhões” de euros para o sector que “nunca ninguém viu, nem nunca ninguém vê”.

“O ministro da Agricultura [Jaime Silva] abandonou e destruiu este sector e o primeiro-ministro continua com malabarismo agrícola, sempre a prometer centenas de milhões que nunca ninguém viu, nem nunca ninguém vê e que ele adia sistematicamente”, criticou.

O cabeça-de-lista social-democrata às eleições europeias, marcadas para 07 de Junho, acompanhado por outros candidatos do partido ao mesmo acto eleitoral, falava aos jornalistas em Beja, durante uma visita à feira agro-pecuária Ovibeja.

Paulo Rangel teceu críticas às garantias deixadas sexta-feira pelo primeiro-ministro em Ferreira do Alentejo, antes de se deslocar à Ovibeja, de que serão assinados este ano contratos de investimento de mil milhões de euros para a modernização da agricultura, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER).

“Quero garantir que aquilo que nós dissemos, que este ano assinaríamos mil milhões de euros, vamos fazê-lo, em benefício da agricultura”, tinha afirmado Sócrates.

Para o candidato do PSD às eleições europeias, que argumentou que a concretização destes mil milhões de euros está atrasada, estas afirmações de José Sócrates traduzem “malabarismo agrícola”.

“Isto é um malabarismo agrícola do primeiro-ministro porque tinha prometido estes mil milhões até Dezembro de 2008, [depois] garantiu, numa entrevista às televisões, que seria até 31 de Janeiro de 2008, garantiu no parlamento, em resposta num debate quinzenal, que seria até 30 de Abril de 2009 e, agora, vem dizer que é até ao fim do ano”, disse. Ou seja, se a cada promessa correspondesse um facto, em três mil milhões: um por cada anúncio!

Defendendo que a agricultura é “um sector central” da economia nacional, Paulo Rangel sustentou que o Governo está a “desapro-



veitar completamente os fundos comunitários”.

O primeiro-ministro, sublinhou, “está a falar sempre nos mesmos mil milhões, que promete que são sempre para o mês seguinte, e é incapaz de fazer esses contratos”.

Num momento de “crise tão grave como este”, segundo o cabeça-de-lista social-democrata, “o que seria da agricultura portuguesa” se o Governo “tivesse injectado esses mil milhões de euros nos anos de 2006 a 2008, como estava previsto”.

“Isto tem que ser denunciado aos portugueses, tem que ser denunciado aqui, na feira dos agricultores e na maior feira de agricultura portuguesa que é a Ovibeja. Temos que estar aqui, justamente, a denunciar o abandono a que foi deixada a agricultura”, criticou.

Questionado ainda sobre a agressão e insultos sofridos sexta-feira pelo cabeça-de-lista do PS, Vital Moreira, na manifestação da CGTP, em Lisboa, Paulo Rangel frisou já ter comentado essa situação.

“Eu não vou falar mais sobre esse assunto. Tudo o que tinha a dizer, já disse [sexta-feira] e disse-o de uma forma tão clara que não deixa dúvida nem merece repetição”, limitou-se a garantir.

Paulo Rangel, mostrou-se também confiante na vitória do seu partido no

acto eleitoral de Junho, garantindo que só assim será possível fazer uma “viragem” e “mudar alguma coisa”.

“Só se o PSD ganhar eleições europeias é que alguma coisa vai mudar. Se o PS ganhar, nada mudará, tudo ficará como está”, disse.

O candidato social-democrata falava aos jornalistas durante uma visita à Ovibeja, feira agro-pecuária que decorre em Beja até domingo.

Questionado pelos jornalistas, Paulo Rangel comentou a sondagem da Universidade Católica, divulgada sexta-feira pela Antena 1 e pela RTP e hoje pelo Diário de Notícias e Jornal de Notícias.

O estudo de opinião mostra que, se as eleições europeias acontecessem hoje, o PS ganharia, com 39 por cento dos votos, e o PSD ficaria a curta distância, com 36 por cento dos votos.

A sondagem coloca ainda o Bloco de Esquerda como a terceira força política, com 12 por cento, seguida da CDU (sete por cento) e do CDS (dois por cento).

“Uma sondagem é sempre uma sondagem, não devemos dar mais valor do que aquele que têm. É um indicador e, pelo menos, permite confirmar uma coisa que eu já tinha dito, de que é difícil, mas o PSD pode ganhar estas eleições e vai ganhar estas eleições”, disse.

Segundo Paulo Rangel, a “grande

mudança que esta sondagem já evidencia” é “uma força, uma união em torno do PSD”.

“Temos um mês e meio pela frente para mostrar aos portugueses que é preciso dar um sinal de viragem e que a única forma de fazer a viragem, de fazer essa transformação e de mudar é votar no PSD”, frisou.

O “único voto que pode fazer alguma diferença”, acrescentou, “é o voto no PSD”.

Paulo Rangel em santa Maria da Feira

O cabeça de lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, acusou hoje o Governo de desprezar a formação, no mesmo dia em que os sociais-democratas apresentaram uma proposta para incentivar a mobilidade dos europeus em busca de primeiro emprego.

“A formação é a área que este Governo mais maltratou”, afirmou Paulo Rangel, acrescentando que a faixa social “com mais dificuldade em arranjar emprego nesta altura é a juventude”.

Paulo Rangel, que falava numa sessão promovida pela Juventude Social-Democrata de Santa Maria da Feira, criticou ainda o Governo por praticar “uma política basicamente alicerçada na dívida”.

“Um bebé que nasça hoje já vem com três coisas - pai, mãe e a dívida do engenheiro Sócrates”, considerou ainda Joaquim Biancard Cruz, também da lista do PSD às europeias.

“Este Governo está a criar um peso tal para o futuro de Portugal em termos de dívida”, disse Paulo Rangel, acrescentando “que não vamos ter liberdade nenhuma para tomar decisões mais tarde”.

Rangel negou ainda que Portugal tenha falta de recursos económicos. “Portugal recebe da Europa mais de sete milhões de euros por dia”, considerou, afirmando que o Governo “não sabe é aplicá-los”.

O cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias apresentou ainda uma proposta para a criação de um novo programa europeu - o Vasco da Gama - para garantir que os jovens, “assim que saem para o primeiro emprego, possam exercê-lo na União Europeia”.

Segundo Rangel, o programa auxiliaria o combate ao desemprego jovem e beneficiaria da experiência do programa Erasmus, centrado na mobilidade de estudantes, e do Da Vinci, vocacionado para a formação profissional.

Com o Programa Vasco da Gama, o PSD quer que “a União Europeia crie um plano de intercâmbio e mobilidade de jovens nos 27 países, e que os candidatos possam também ser trabalhadores indiferenciados”.

“Queremos que picheiros, electricistas, canalizadores, carpinteiros, mecânicos e outros profissionais também possam ter a sua oportunidade”, declarou Paulo Rangel.

O candidato do PSD criticou depois a ausência de um programa eleitoral concreto por parte dos restantes partidos.

“Há muitos que falam em propostas, mas ainda não os vi apresentar nenhuma. Nós, já apresentámos a rede europeia de estágios e agora o Programa Vasco da Gama”, disse.

Deputados eleitos por Santa-rém questionam Governo sobre apoios ao sector das madeiras

Os deputados do PSD eleitos por Santarém questionaram o Governo sobre os apoios que podem ser dispensados, “em tempo útil”, à Platex e à Valbopan, e qual a estratégia governamental para o sector das madeiras.

Num requerimento entregue no Parlamento, e dirigido ao ministro da Economia, os deputados Vasco Cunha, Miguel Relvas e Mário Albuquerque frisam que a Platex - Indústria de Fibras de Madeira SA (IFM) é a “maior empregadora do concelho” de Tomar, ao assegurar 240 postos de trabalho.

Os deputados sublinham ainda o “perfil fortemente exportador” tanto da IFM como da outra empresa do grupo, a Valbopan, Fibras de Madeira, em Falmalhão da Nazaré, esta com 70 trabalhadores, ambas a necessitarem de “apoio para ultrapassar a conjuntura mantendo o emprego, nomeadamente pela possibilidade, já existente noutros sectores, de requalificar os seus trabalhadores”.

O presidente do Conselho de Administração da Investwood (que detém as duas empresas), Jorge Themudo Barata, disse hoje à agência Lusa que está a tentar junto do Governo que cerca de metade dos trabalhadores da IFM sejam inseridos em programas de formação, de forma a permitir manter o efectivo da empresa.

Para os deputados social-democratas, “a formação profissional permitirá, além de manter o emprego, preparar melhor os profissionais destas duas unidades industriais dotando-os de melhores capacidades e aptidões, alavancando a actividade futura destas duas empresas”.

No seu entender, estas empresas são “estratégicas, quer pela sua produção quer pelo volume de emprego que geram, a que acresce a localização em que se inserem e que faz delas marcos importantes da vida económica e social nos respectivos concelhos”.

Miguel Relvas, que é igualmente presidente da Assembleia Municipal de Tomar, disse à agência Lusa ser “inaceitável” o “silêncio horrível” do Governo em relação à situação destas empresas, assegurando que o executivo sabe, “há mais de 15 dias”, das dificuldades que, sobretudo a IFM (que tem a laboração suspensa desde o início do mês), atravessa.

Acusando o Governo de apenas acudir às situações nas regiões em que se “faz barulho”, sendo “forte com os fracos e fraco com os fortes”, Miguel Relvas afirmou que “também aqui sabemos fazer barulho”.

Referindo que a IFM se situa num concelho que já tem problemas sociais graves, Relvas disse não compreender por que razão, sendo este um sector integrado no cluster das florestas e tratando-se de duas empresas com elevado potencial e com futuro, não foram ainda accionados apoios, nomeadamente através da AICEP, e permitida a integração de parte dos trabalhadores nos programas de requalificação profissional.



Intervenção da Deputada Regina Bastos

Projecto de Lei nº 400/X (PS)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar não posso deixar de considerar surpreendente o facto de este diploma ter sido agendado pelo Partido Socialista para uma data em que a primeira subscritora da iniciativa hoje em discussão – a Senhora Deputada Rosário Carneiro – não se encontra presente no Parlamento até este momento.

O seu contributo seria por certo muito útil para a qualidade da discussão parlamentar e a sua sensibilidade não deixaria de enriquecer todos e cada um dos Deputados desta Câmara.

Daí a minha primeira saudação à Deputada Rosário Carneiro e o lamento de que não lhe tenha sido dada a oportunidade de estar presente nesta discussão e fazer a apresentação inicial, sem desprimor para a Senhora Deputada Teresa Venda.

No que se refere à iniciativa propriamente dita, a mesma suscita diversas considerações e comentários, os quais enunciarei de seguida.

Desde logo entendo dever felicitar os Deputados subscritores desta iniciativa, já que se me afigura que a mesma representa um contributo louvável para a promoção da cidadania e a facilitação do acompanhamento familiar dos doentes internados.

É certo que as matérias objecto da referida iniciativa estão já, de um modo geral, contempladas na legislação portuguesa e, por esse facto, não contém a mesma um cunho vincadamente inovatório na ordem jurídica.

Com efeito, o acompanhamento familiar da criança hospitalizada é já regulado pela Lei n.º 21/81, de 19 de Agosto.

Por outro lado, o acesso dos acompanhantes de crianças internadas a refeições disponibilizadas pelas unidades de saúde também já se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 27/87, de 13 de Janeiro.

E, finalmente, o acompanhamento familiar de deficientes internados está consagrado na Lei n.º 109/97, de 16 de Setembro.

Mas, se é assim certo que as matérias reguladas no diploma em apreço já foram objecto da atenção do legislador, não é o menos que, aqui e ali, o Projecto de Lei em análise vai no bom caminho, na medida em que pretende maximizar e ainda nivelar positivamente alguns direitos dos cidadãos.

E isto é tanto mais digno de apreço quanto é certo que os seus naturais beneficiários são pessoas que, não raro, se encontram fragilizadas, fora do seu lar e carentes da presença e do apoio de familiares e amigos.

Assim, entre outras inovações de menor relevo, o diploma alarga o regime do acompanhamento a idosos em estado de dependência, a pessoas com doença incurável ou em estado final de vida, estende o seu regime a todas as pessoas com idade até aos 18 anos e parece mesmo pretender dilatar o direito a refeição gratuita aos acompanhantes das pessoas internadas.

Se é pacífico o alargamento etário dos beneficiários de acompanhamento familiar e se também não se nos suscitam dúvidas relativamente ao novo universo de destinatários abrangidos, já o mesmo não podemos considerar no que se refere

às condições de acesso a refeições por parte dos acompanhantes de doentes internados.

Com efeito, o diploma vem conceder esse direito desde que o acompanhante permaneça na instituição de saúde durante seis horas, independentemente de esse acompanhamento se registar à hora em que normalmente as refeições são distribuídas, como actualmente sucede.

Ora, está bom de ver que, se não houver lugar a distribuição de refeições no concreto período em que o acompanhante permaneça junto do doente internado, carece de sentido servir-lhe uma refeição.

Esta é uma questão menor, mas de bom senso, que, a ser aprovado o diploma na generalidade, pode evidentemente ser corrigida aquando da sua discussão na especialidade.

Mais grave é o facto de se propor que, e cito, “o acompanhante da pessoa internada tem direito a refeição gratuita, no hospital ou na unidade de saúde, sempre que permaneça na instituição 6 horas por dia, esteja isento do pagamento de taxa moderadora no acesso às prestações de saúde no âmbito do Sistema Nacional de Saúde...”

Desde logo cumpre esclarecer os proponentes que não existem “Sistema Nacional de Saúde”.

Há Serviço Nacional de Saúde, que abrange todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde

E há o Sistema de Saúde, que abrange as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde integrados no SNS, bem como as unidades e outros serviços prestadores de cuidados de saúde pertencentes aos sectores privado e social.

Em segundo lugar importa advertir que, da actual redacção do referido artigo 6.º, interpretada a contrario, decorre que, quando o acompanhante não esteja isento do pagamento de taxas moderadoras, não tem direito a refeição gratuita, ficando por se saber se, ainda assim, tem ou não direito a refeição fornecida pela instituição de saúde, desde que suportando o custo respectivo.

Assim, ao invés da solução apresentada, melhor seria que a proposta tivesse enunciado o princípio geral do direito ao acesso do acompanhante a essas refeições, independentemente de as mesmas serem ou não gratuitas.

Seguidamente, deveria admitir-se a gratuitidade das mesmas, mas apenas no caso de o acompanhante estar, ele próprio, isento do pagamento de taxas moderadoras.

Deste modo nunca se colocaria a questão de ele poder não ter acesso a essas refeições, mesmo que pagas, no caso não estar isento do pagamento de taxas moderadoras.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, outra questão para a qual o diploma em presença nos convoca é a de saber se os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, estão preparados para dar cumprimento ao que nele se dispõe.



Com efeito, o cumprimento deste diploma pressupõe que, ao nível dos espaços e instalações, as instituições de saúde possam acomodar, de forma conveniente, os acompanhantes dos doentes nele referidos.

E a verdade é que, todos bem o sabemos, a generalidade dos hospitais, pelo menos os do Serviço Nacional de Saúde, não dispõem de quartos de internamento em número suficiente, sequer para os doentes internados, quanto mais para os seus acompanhantes.

Aliás, se todos os dias quem vai aos hospitais do SNS vê dezenas e dezenas de doentes deitados em macas nos corredores, como é possível pretender que os familiares desses mesmos doentes possam acompanhá-los convenientemente nessas circunstâncias?

Neste sentido saudamos esta iniciativa do Partido Socialista, já que a mesma constitui uma forte crítica ao Governo, por este não ter criado nem estar a criar condições que permitam o adequado acompanhamento familiar dos doentes internados nos hospitais públicos.

Dito isto quanto a alguns aspectos gerais do diploma, importa ainda exprimir a concordância do PSD para com a perspectiva que o mesmo perflha relativamente à pessoa internada.

De facto, trata-se de um diploma que reconhece ao doente a condição de pessoa fragilizada e não a de utilizador voluntário de um serviço público.

E este reconhecimento ganha particular significado se tivermos em conta que, nos últimos quatro anos, as condições de acesso aos hospitais integrados no SNS se agravaram substancialmente.

De facto, desde que o PS chegou ao Governo fecharam inúmeros serviços públicos de saúde, o investimento hospitalar diminuiu e um bom exemplo disso é o número de hospitais construídos desde 2005: ZERO!

Mas o reconhecimento neste diploma de que o doente é uma pessoa fragilizada e não um voluntário consumidor de serviços de saúde, também é importante na medida em que, como todos sabemos, muitos desses doentes estão sujeitos ao pagamento das famosas taxas de internamento, as

tais que têm fim anunciado para o próximo ano mas que o PS quer que os doentes continuem a pagar.

E a questão é esta: Tendo os doentes internados de pagar taxas moderadoras, o que acontecerá aos respectivos acompanhantes?

Estarão delas sempre isentos?

Apenas beneficiarão de isenção quando, eles próprios, se incluíam numa categoria de utentes isentos?

Será possível dizer a um doente que ele tem de pagar taxa mas o seu acompanhante está dela isento?

E será possível dizer a uma pessoa tem de pagar para acompanhar o seu familiar doente?

Haja bom senso, Senhores Deputados socialistas!

É que ainda todos nos lembramos do triste espectáculo que o Partido Socialista deu aos Portugueses quando, depois de ter criado essas taxas em 2007, as manteve apesar

das sucessivas propostas que o PSD fez para a sua abolição, para finalmente ter anunciado há dois meses que vai ponderar a sua revogação lá para o ano que vem.

E este é que é o ponto.

Como pode o Partido Socialista reservar um agendamento potestativo para discutir um diploma sobre direitos dos doentes internados sem nele ter previsto a revogação das taxas que esses mesmos doentes têm de pagar para estarem internados?

Sempre dissemos que as taxas de internamento, assim como as de cirurgia em ambulatório são socialmente injustas e arbitrarias e não têm nem podem ter um efeito moderador.

Em suma não fazem sentido e Vossas Excelências sabem-no tão bem como nós, tão bem como o Dr. António Arnaut, que ainda há dois meses pediu sem sucesso que o PS corrigisse o erro que cometeu há dois anos.

Aliás, até o ex-Ministro Correia de Campos, agora candidato pelo PS ao Parlamento Europeu, já percebeu que as referidas taxas são espúrias quando disse que, e cito, “equacionei a possibilidade de acabar com as taxas na cirurgia do ambulatório e do internamento. Só não o fiz por coerência” (19.09, Público).

Por isso, Senhores Deputados do PS, sendo a rectidão de princípios mais importante que a coerência no erro, desafio Vossas Excelências a não adiar para o ano o que podem fazer hoje, que é viabilizar este diploma e nele prever desde já a revogação das taxas do internamento.

É que a verdade é esta: as taxas moderadoras no internamento e nas cirurgias em ambulatório não fazem sentido e só podem por isso ser pura e simplesmente revogadas.

Caso não declarem hoje que aceitam aproveitar este diploma para revogar as referidas taxas, assim melhorando as condições de internamento dos doentes nos hospitais públicos, estão a dar mais um bom sinal aos Portugueses do que é e de como funciona esta maioria absoluta do Partido Socialista: total indiferença para com os cidadãos.



O tolo carrossel das causas

João César das Neves (*)

Um dos aspectos mais tontos e perigosos da sociedade mediática é o fenómeno das causas. De repente, ninguém sabe bem de onde nasce uma campanha que se transforma momentaneamente num grande movimento aglutinador de pessoas de todas as origens. Muita gente abandona as suas vidas, esquece o trabalho ou dedica horas vagas a promover o propósito, enquanto a massa anónima toma partido e discute o tema. Durante umas semanas, esse assunto monopolizará as atenções, ultrapassando os problemas reais, que por vezes até são graves: zangas, divisões, dificuldades. Tudo emudece perante a causa do momento. Depois, com a mesma facilidade, a coisa morre, para ser substituída por outra.

Os temas são os mais variados, das grandes questões, como a justiça mundial ou o ambiente, até às questões espúrias e tontas. O factor determinante em todo o processo é, sem dúvida, a comunicação social, e em particular a televisão. É ela que determina o alinhamento dos telejornais e decide as causas que são empoadas ou esquecidas. Não costuma ser a imprensa a criar os temas, pois há sempre na sociedade milhões de interesses, objec-

tivos, sonhos à espera de reconhecimento. Mas são os jornalistas que decidem focar as atenções neste e omitir ou esquecer os demais. A sociedade actual vive em permanente alvoroço. O importante é manter a adrenalina e o nervosismo, que alimentam a procura dos média.

Internet e blogs pareceram democratizar o processo. Agora todos têm possibilidade de criar um sítio e fazer a sua campanha. Basta uma breve visita à Net para ver o enorme empenhamento que por lá pulula, frequentemente enraivecido, amargo e extremista. Existem mesmo exemplos de movimentos de massas que, nascidos em blogs ou SMS, tomaram dimensão nacional, como nas eleições espanholas após o atentado de 11 de Março de 2004 e a oposição ao aeroporto da Ota.

Mas esta democratização é uma ilusão. Os grandes jornais e televisões mantêm bem firme o domínio sobre todo o processo. Só se torna nacional aquilo que é adoptado centralmente pelos meios oficiais. A Net apenas substituiu tabernas e cafés como viveiro de causas. Aliás, à medida que a própria Internet se democratiza, até aqueles blogs que durante

algum tempo tiveram alguma influência ficarão mergulhados na multidão.

O mais curioso é quando um assunto a que ninguém ligou nada durante milénios pretende transformar-se de súbito em decisivo, impondo uma única solução como aceitável, que por acaso ninguém nunca considerou razoável. O casamento dos homossexuais é um extremo destes. Sempre existiu homossexualidade e jamais se viu defender que ela fosse equiparável ao casamento, mesmo em sociedades que lhe foram favoráveis. Agora de repente tornou-se um imperativo da mais elementar justiça. Quem o negar é um bárbaro chauvinista e intolerante, equiparado a nazis, esclavagistas e símbolos do tipo. Chegou-se ao ponto de o tema ser incluído com urgência no programa eleitoral do partido maioritário, que, pelos vistos, foi chauvinista da fundação até há dois meses sem dar por isso.

O mais espantoso é ninguém notar a terrível manipulação que sofre. Nos últimos meses só pandemias já foram duas, uma de aves, outra de porcos, ambas terríveis. Devemos andar perturbados por os preços do trigo, arroz e petróleo estarem baixos, como há uns meses devíamos so-



frer por eles serem altos. Desde o filme de Al Gore em 2006 andamos aterrorizados com os gases com efeitos de estufa; mas na Cimeira do Milénio de 2000 a questão pungente era a pobreza mundial, que por acaso só se resolve com esses gases. Na Conferência do Cairo de 1994 foi o excesso de população; agora é o envelhecimento, causado pela falta dela.

Todas estas questões são de inegável importância. Mas são muitas, variadas e por vezes contraditórias. Acima de tudo são-nos alheias e afastam-nos dos reais problemas da nossa vida. É incrível a quantidade de pessoas que vivem projectadas na ficção, lutando por questões longínquas ou abstractas que desconhecem mas julgam reais. Só porque a televisão disse. - (*) Professor Universitário, escritor, cronista ©DN, JCN

Artigo de Opinião [I]

Fundos sem fundos, ou promessas por cumprir...

Ricardo Rio (*)



O Diário do Minho do passado dia 23 de Abril dava eco público das queixas dos formandos de Cursos EFA de três Escolas Públicas de Braga, que lamentavam os atrasos de vários meses no recebimento de subsídios inerentes a tais formações.

A título particular, tenho também tido informação de vários atrasos na transferência das verbas associadas a candidaturas aprovadas para formações financiadas de diferentes empresas e associações empresariais, pese embora a correcta instrução e tramitação dos processos., com o lógico atraso nos pagamentos a formandos e formadores.

Neste particular, quem quer que esteja envolvido na área da formação profissional e já tenha participado em acções de formação financiada, sabe que estes atrasos são prática corrente no “negócio”, decorrendo da necessidade de apreciação e processamento dos diferentes pedidos de pagamento das entidades que submeteram as candidaturas.

Todavia, a realidade actual parece ultrapassar os limites do razoável numa área em que o Governo assumiu um claro empenho e que tem funcionado como uma evidente panaceia para os desastrosos números do (des)emprego no nosso País.

Esta situação, intimamente associada à gestão Programa Operacional Potencial Humano (POPH), não é, porém, caso único.

Do lado das Autarquias Locais, são inúmeros os casos de Câmaras Municipais que ainda têm verbas consideráveis a receber de candidaturas aprovadas em diferentes Programas do III Quadro Comunitário de Apoio, cujo encerramento tem vindo a ser sucessivamente protelado face às datas inicialmente estipuladas.

Já no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, os atrasos na transferência de verbas, ainda que mais compreensíveis, são especialmente patentes nas áreas que têm merecido um maior nível de candidaturas por parte das Autarquias Locais, como é o caso do financiamento dos novos Centros Escolares.

Isto porque, como também salta à vista de quem acompanha estes processos, são muitas as áreas que ainda não procederam sequer à abertura de candidaturas para os diferentes beneficiários potenciais.

Na mesma linha, os apoios às empresas, em especial às Pequenas e Médias Empresas, são ainda um mero engodo, mais retraindo a parca vontade de investir dos empreendedores nacionais, como bem atestam as previsões para esta rubrica do PIB para o ano em curso.

Tal como em relação às demais entidades potencialmente beneficiárias, para lá dos prejuízos na óptica da concretização dos investimentos, há que considerar que os atrasos no pagamento das verbas contra despesa realizada traduzem mais um estrangulamento na tesouraria dessas empresas e entidades que, no caso dos agentes privados, pode pôr em causa a sua própria sustentabilidade financeira.

A tal efeito, acrescem necessariamente as repercussões negativas que tais atrasos podem ter sobre as empresas fornecedoras dos bens, serviços e empreitadas, que acabam por acomodar as dificuldades das entidades beneficiárias.

Por todos estes motivos, parece igualmente claro que haveria significativos benefícios económicos de um mais ágil e célere processo de apreciação das candidaturas aos diferentes Fundos Comunitários, não se percebendo que seja o Estado Português e os seus diferentes organismos que gerem estes processos uma das principais fontes de entraves a um superior grau de execução física e financeira dos Programas.

Ainda assim, se juntarmos a estas evidências os polémicos e incompreensíveis atrasos no arranque do QREN que, como é público, se reporta ao período 2007-2013, mas que tem ainda hoje, dois anos volvidos, uma incipiente execução, a perplexidade de qualquer observador independente aumentará exponencialmente.

Não valerá a pena, nessas circunstâncias, invocar a gestão política de vários processos de candidatura, as dúbias consignações de verbas do QREN a Investimentos públicos desajustados da realidade nacional ou os “vetos de gaveta”, como aqueles com que o Ministério da Ciência e Ensino Superior brindou a Universidade do Minho em várias candidaturas submetidas por esta Instituição.

Tudo somado, que o Governo não consiga dar corpo aos múltiplos anúncios de medidas de combate à crise para particulares e empresas com base em verbas do exaurido Orçamento de Estado é algo que parece natural face ao histórico das nossas Finanças Públicas. Que, a essa luz, opte por esbanjar os benefícios associados a uma mais célere aplicação das verbas disponibilizadas pela União Europeia no contexto deste Período de Programação, é algo que raia os contornos da irresponsabilidade.

- (*) Economista, cronista, correspondente do “Povo Livre”



Artigo de Opinião [II]

Não nos rendemos, socialistas!...

Alberto João Jardim (*)

Todos têm presente as dificuldades malévolas que Sócrates, desde que ascendeu ao poder, vem criando ao Povo Madeirense, ao ponto de a taxa de desemprego também ter subido neste arquipélago.

Todos compreenderam as razões porque, em 2007, se antecipou as eleições regionais, fazendo destas um referendo inequívoco sobre a malfadada «lei de finanças regionais» que substituiu a que Sócrates prometera respeitar.

Todos se recordam que, na mesma noite dessas eleições, o porta-voz oficial do partido socialista nacional, num desprezo arrogante e provocador pela vontade democrática expressa pelo Povo Madeirense, apareceu na televisão, em Lisboa, declarando que ao PS era indiferente o resultado da votação havia nesta Região Autónoma.

Assim decidiram contra a vontade do Povo Madeirense, e assim vêm procedendo.

Cabe perguntar se o eleitorado madeirense se curva, e vota em quem despreza os nossos Direitos democráticos de maneira tão arrogante e tão colonialista.

Se vota em quem pretende acabar com o pluralismo de Informação nesta Região Autónoma, calando o «Jornal da Madei-

ra» e estabelecendo um monopólio marxista na comunicação social madeirense.

Há que tudo fazer para ajudar os Portugueses a se ver livres deste José Sócrates.

Até pelas vergonhas que se foram acumulando e que só desprestigiam Portugal e a credibilidade do Estado português.

Este partido socialista de Sócrates, actualmente é nada. Não tem uma Doutrina. Não tem Ideologia. Não tem um Projecto Nacional. Não oferece um rumo para o País.

É nada. Apenas uma organização para tomada e manutenção do poder, a qualquer custo, tudo valendo.

Se souber, o Partido Social-Democrata tem todas as condições para ganhar com um Projecto coerente e eficaz de Ressurgimento nacional.

Na Madeira, os socialistas, hoje, não são apenas a caricatura triste que tanto diverte a Opinião Pública.

Cuidado, há rostos, com nome, que instigaram e cumpliciarão todo o mal que nos é feito. Os deputados que, na Assembleia Legislativa da Madeira colam a tudo o que é o autoritarismo de Lisboa. Os deputados socialistas, eleitos para a Assembleia da República pelo eleitorado desta Região Autónoma, os quais, sem-



vergonha, votaram a favor de tudo o que é contra o Povo Madeirense, que também os elegeu – agora, haverá ainda quem vote neles?!... – e os que, no Governo socialista da República, não tiveram a hombridade e a coragem de se demitir de um Governo que tanto mal faz à Madeira.

Mas continuámos a trabalhar. Igno-

rando os disparates da Oposição e combatendo a pseudo-«esquerda» e a «Madeira Velha», bem como os respectivos sequazes na comunicação dita «social».

Continuámos e continuaremos a trabalhar. Demonstrando assim aos algozes do Povo Madeirense, que resistimos e resistiremos sempre, mesmo apesar do corte vergonhoso de meios imprescindíveis que a Lisboa socialista e colonialista nos faz, incluso a pedido de uns rematados imbecis destas bandas.

Somos um arquipélago de Economia débil, por causa de todas as razões naturais conhecidas. Logo, um território altamente dependente do que se passa no exterior, mormente na República Portuguesa. Ainda por cima, Nesta, uma Região Autónoma porém sem ainda os poderes constitucionais legítimos que nos acautelem.

O que, se dadas as previsões mundiais o futuro já não se afigura fácil, péssimo será para nós se continentais e açorianos, vá lá se perceber porquê, decidirem prolongar este Sócrates e este tipo de socialistas que o rodeiam, mais anos no poder.

O País não aguentará.

Nós, apesar de tudo, resistiremos. (*) Jurista, Presidente da CPR/PSD e do Governo Regional

Cartas e Mensagens ao PSD

A Educação à Deriva (2)

No «Povo Livre» de 1 de Abril foi publicado um artigo de opinião de minha autoria, intitulado «A Educação à Deriva», onde aponto várias tropelias do ministério da Educação e do primeiro-ministro contra os professores.

Com as notícias vindas a público de que um inspector da Inspeção-Geral de Educação, para apurar o eventual envolvimento dos professores numa manifestação contra a ministra, não se coibiu de interrogar alguns alunos e de que o Ministério da Educação pedira a uma escola do primeiro ciclo de Castelo de Vide autorização para filmar crianças a utilizar o Magalhães e que esse filme foi passado num tempo de antena do Partido Socialista, na RTP, no passado dia 22, é prova provada que estamos perante atitudes imorais e totalitárias, dignas do Estado Novo e de uma polícia política.

A esperteza saloia de escolher alunos com mais de dezasseis anos para o interrogatório, por serem imputáveis para fins penais, mostra claramente artimanhas traiçoeiras e cobardes, características de um Estado concentracionário e fascista.

Portugal e a Democracia, com este governo socialista estão em perigo iminente de cair numa ditadura policial em que poderão proliferar os «bufos» de má memória.

O Partido Social-Democrata tem de denunciar, firme e urgentemente, estes procedimentos para que os Portugueses saibam o que podem contar de mais grave com o Partido Socialista no Governo. (Identidade omitida)

Nuvens negras para o Ensino Superior

Espanta-me que, com o ministro da Ciência a definir neste momento os novos estatutos de carreira docente do ensino superior, não exista debate político sobre a matéria e que com o ministro a querer concluir as falsas negociações com os sindicatos até dia 20 de Maio, todo o processo seja irreversível com consequências enormes para o subsistema de ensino superior politécnico.

Espanta-me que os partidos da oposição estejam calados sobre esta matéria quando se pondera que apenas 30% do docentes do politécnico fiquem no quadro segundo

o novo estatuto, docentes que têm vínculo precário à mais de 20 anos sejam pura e simplesmente postos na rua ou passem a 50%, perdendo a dedicação exclusiva e 2/3 do ordenado sem que haja alguma hipótese de virem a pertencer a algo para que trabalhariam durante anos arduamente.

De referir que estas instituições sofrerão grandes danos a médio longo prazo se estes estatutos forem por diante, decrescendo a qualidade do ensino, numa altura em que a tão falada crise toma conta do País. Não compreendo como sendo o ensino superior por excelência responsável pela formação dos quadros superiores de um País que se diz deficitário de mão-de-obra qualificada, se pretenda diminuir a qualidade dos quadros superiores, debilitando em larga escala o ensino politécnico.

Desta forma, acho que seria de bom tom que este assunto se tornasse debate político e que o ministro fosse chamado à Assembleia da República afim de prestar esclarecimentos sobre os seus verdadeiros objectivos. Aparentemente prefere hipotecar o futuro da formação superior em troca de uns cobres para o TGV ou para o novo Aeroporto. Façam o favor de explicar aqueles senhores que o investimento na formação qualificada traz mais dividendos do que obras megalómanas deixadas às moscas, porque os Portugueses não têm dinheiro para andar no TGV. - Vitor Costa



Notícias de Braga

Ricardo Rio presta público reconhecimento a Rui Prata e Aida Mata, personalidades marcantes da Cultura de Braga

Ricardo Rio, candidato da Coligação “Juntos por Braga” à Presidência da Câmara Municipal de Braga, acompanhou em conjunto com outros Autarcas desta Coligação, parte do percurso inaugural das Exposições comemorativas da 19ª Edição dos Encontros de Imagem.

Após visitar as Exposições patentes no Museu da Imagem, Museu dos Biscainhos e Mosteiro de Tibães, o Vereador da Coligação demonstrou a sua particular satisfação pelo regresso dos Encontros de Imagem, depois de um ano de interrupção em resultado da falta de apoio das entidades competentes.

Na opinião de Ricardo Rio, “os Encontros são um dos epicentros da ainda insuficiente dinâmica cultural do Concelho, sendo igualmente um importante cartão de visita de Braga para o resto do País e para o exterior”, razão pela qual é importante assegurar a sua continuidade e a constante melhoria que sempre registaram sob a direcção de Rui Prata.

Neste contexto, Ricardo Rio subcreve totalmente a opinião recentemente expressa pelo responsável máximo dos Encontros, defendendo que “os apoios financeiros atribuídos pelo Ministério da Cultura (tal como, aliás, os da própria Câmara Municipal de Braga) deveriam ser contratados numa base plurianual, dando maior segurança e capacidade de planeamento aos promotores desta importante iniciativa cultural”.

No plano organizativo, o líder da Coligação “Juntos por Braga” veria com bons olhos o regresso dos Encontros ao seu formato “supra-municipal”, envolvendo outros Concelhos vizinhos, enquanto instrumento de fortalecimento da Região da Cultura que este território pode e deve construir.

Em jeito de balanço das últimas duas décadas de Encontros, Ricardo Rio deu público testemunho do seu “apreço pelo extraordinário trabalho desenvolvido por Rui Prata e por todos quantos o têm acompanhado na concretização deste projecto, a expensas de um enorme sacrifício pessoal, de um inamovível empenho e de uma sistemática capacidade de contornar os obstáculos que outros incompreensivelmente colocam no caminho do sucesso que os Encontros sempre trilham”.

“Aida Mata deixa valioso legado a Braga”

Tendo tomado conhecimento, no decurso da visita ao Mosteiro de Tibães da recente aposentação da Dra. Aida Mata, Directora deste Museu até à “revolução destrutiva do sector da Cultura” empreendida por este Governo, Ricardo Rio aproveitou a oportunidade para desafiar



a Sociedade Civil Bracarense e a Câmara Municipal de Braga a prestar a justa homenagem a quem deixou tanto de si na preservação e valorização do nosso património.

“A extraordinária recuperação que vem sendo encetada no Mosteiro de Tibães, que é indissociável do trabalho da Dra. Aida Mata e dos seus colaboradores, é um bom exemplo de como devemos olhar para o património que herdámos dos nossos antepassados e de como essa valorização e preservação pode ser um catalisador da afirmação da nossa História e Cultura e da promoção turística, contribuindo para o desenvolvimento presente e futuro”.

Neste plano, o líder da Coligação “Juntos por Braga” deu nota ainda da sua apreensão quanto à continuidade do investimento público central em tal recuperação porque, “como é sabido, há ainda muito por fazer e Tibães merece esse esforço do Estado Português”.

Na visita a Stª. Lucrecia de Algeriz, a Coligação defendeu mais investimento na acessibilidade

Uma completa delegação de Autarcas e Dirigentes da Coligação “Juntos por Braga” em que se incluíam, entre outros, os Vereadores Ricardo Rio, Serafim Rebelo e Filomena Bordalo, os líderes do PSD e CDS/PP de Braga, João Granja e Manuel Rocha, o Deputado Municipal do PPM, Manuel Benninger, e o Deputado Miguel Macedo, visitou hoje a freguesia de Santa. Lucrecia de Algeriz na companhia dos seus representantes nesta Assembleia de Freguesia e de outros populares.

A Freguesia carece de vários investimentos em acessos

Uma das principais ambições da freguesia é a conclusão da 2.ª fase do Caminho Possolado - S. Brás, uma ligação à Estrada Nacional há muito prometida, mas que permanece uma miragem face à inoperância do actual Executivo da Junta.

Também dúbio é o futuro que o caminho que liga a novel urbanização das Regadas à Estrada de S. Paio reserva aos moradores. As estreitas dimensões não permitem sequer a passagem em simultâneo de dois automóveis, um lapso que as autoridades públicas não souberam nem quiseram remediar.

Para lá de várias outras intervenções, como as também prometidas correcções do traçado na Rua das Boucinhas, os Autarcas da Coligação têm defendido a colocação de um pontão na Rua da Pia, de forma a evitar o alagamento da Rua nos dias mais chuvosos, como consequência dos trabalhos em curso nos areiros da Freguesia.

Falta de limpeza nos espaços de lazer e polémica de delimitações entre freguesias

No campo dos espaços de lazer, João Matos mostrou-se desolado com a falta de atenção que os mesmos têm merecido por parte da Junta: “Para além de deficitários, os que existem estão ao abandono e convertidos em autênticas lixeiras a céu aberto”, dando como exemplo o espaço conhecido como “Descanso dos motoristas”, à face da estrada que liga Braga à Póvoa de Lanhoso.

Finalmente, Ricardo Rio foi posto a par da polémica que a negligência do Executivo Socialista tem ajudado a fomentar, visto que a delimitação das fronteiras das Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Crespos tem visto a primeira ser altamente prejudicada em detrimento da outra, com a clara convivência dos membros da Junta de Freguesia.

Agradecendo o empenho e dedicação que os elementos da lista emprestaram e continuam a emprestar ao seu mandato ao longo dos últimos quatro anos, Ricardo Rio foi claro “É esta a imagem de marca da nossa actuação: seriedade, trabalho e respeito pelas populações. Não será por isso surpreendente que, também aqui, saíamos duplamente vitoriosos, tanto para a Junta como para a Câmara Municipal.”

A este repto, João Matos respondeu renovando toda a sua disponibilidade para ajudar nesse duplo objectivo “tudo faremos para que 2009 seja um ano histórico para Braga e para os Bracarenses” garantiu. - Do nosso correspondente



Notícias de Lisboa

Renúncia de mandato de vice-presidente é vista pelo PSD como "início da desagregação" do PS

O líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, Saldanha Serra, considerou que a renúncia ao mandato do vice-presidente da Câmara, Marcos Perestrello (PS), é sinal de "pouco interesse" pela cidade e o início da "desagregação" do executivo socialista.

"Numa altura em que ainda nem estão marcadas eleições, é um sinal de pouco interesse pela cidade e muito interesse partidário", afirmou à agência Lusa o líder da bancada social-democrata, Saldanha Serra.

Marcos Perestrello anunciou hoje a renúncia ao mandato autárquico na capital, considerando não ter condições, nomeadamente tempo, para o exercer em simultâneo com a pré-campanha eleitoral em Oeiras, onde será cabeça-de-lista.

O vereador do Urbanismo, Manuel Salgado (PS), assumirá a vice-presidência da autarquia e Manuel de Brito, número dez da lista do PS, tomará posse na próxima semana como vereador, assumindo os

pelouros do Desporto, Obras e Protecção Civil.

"Quem aceita abrir a porta ao seu braço direito não pode exigir aprovações de empréstimos com repercussões nos próximos quatro, cinco, seis anos em Lisboa", afirmou.

A Câmara de Lisboa aprovou, com os votos contra do PSD, a contratação de um empréstimo de 120 milhões de euros destinado a um programa de reabilitação urbana, que carece de viabilização pela Assembleia Municipal, onde os socialistas-democratas estão em maioria absoluta.

Saldanha Serra considera que o presidente da Câmara, António Costa (PS), perde o seu "braço-direito, o único vereador com força política", deixando "órfãs" áreas como a negociação do futuro contrato local de segurança.

"É politicamente muito fragilizador para o presidente da Câmara. António Costa ficará ainda mais dependente da capacidade política do vereador José Sá

Fernandes, o que não deixa de ser assustador para Lisboa", argumentou.

Para o deputado municipal social-democrata, a saída de Marcos Perestrello é "o início do processo de desagregação do executivo".

Retiraram-se cartazes de pontos "estratégicos"

O PS e o PSD retiraram da Praça Marquês de Pombal os seus cartazes de propaganda eleitoral, anunciou hoje o gabinete do vereador dos espaços públicos da autarquia lisboeta.

"O Vereador José Sá Fernandes saudou o PSD e o PS pela retirada dos seus cartazes na Praça Marquês de Pombal. O PSD comunicou por escrito à Câmara Municipal de Lisboa a sua intenção e o PS informou, na reunião que o vereador teve hoje com os representantes de diversos partidos, que iria proceder de igual

forma", refere um comunicado enviado à agência Lusa.

De acordo com a mesma fonte, na reunião de hoje "não estiveram representados nem o PCP, nem o Bloco de Esquerda".

"Os critérios de afixação de propaganda dizem claramente que devem ser evitados sítios classificados, porque afectam a estética e enquadramento dos locais", argumentou Sá Fernandes recentemente durante a reunião pública do executivo municipal.

No final de Fevereiro, após várias reuniões, Sá Fernandes, e os representantes das várias forças políticas que formam o executivo da câmara chegaram a acordo sobre vários locais que vão estar "livres" de propaganda, mas não chegaram a consenso sobre o Marquês de Pombal.

A Avenida da Liberdade, Restauradores, Praça do Município, Terreiro do Paço e Martim Moniz são os locais livres.

Notícias de Santarém

Catástrofe ambiental no Alviela



O deputado do PSD Mário Albuquerque questionou a acção do Ministério do Ambiente tendo em conta a situação, que considerou de "catástrofe ambiental" do rio Alviela.

O parlamentar, eleito pelo círculo de Santarém, interpelou a tutela sobre a "poluição da bacia hidrográfica do Rio Alviela", classificando-a de "uma situação calamitosa", com "graves danos" para a "saúde, ambiente e qualidade de vida das populações mais atingidas dos concelhos de Alcanena e Santarém".

Para Mário Albuquerque, o problema do Alviela é "uma verdadeira vergonha nacional, já com inevitáveis repercussões internacionais".

"Que providências já tomou, ou está a tomar, o Ministério do Ambiente para atacar esta situação que, de forma lamentável, se tem vindo a arrastar com todas as implicações conhecidas?" -questionou.

O deputado social-democrata realça que, apesar do investimento de 50 milhões de euros numa Estação de Tratamento de Águas Residuais e em colectores de esgotos, subsistem "enormes e graves deficiências há muito identificadas, e denunciadas exaustivamente, que condicionam o desejável funcionamento dos equipamentos instalados, no que respeita ao conveniente

tratamento dos afluentes".

Na interpelação Governo, Mário Albuquerque destacou a apresentação de duas petições na Assembleia da República.

O plenário do parlamento discutiu, em Janeiro de 2008, a petição que decorreu de uma deliberação da Câmara Municipal de Santarém, que recolheu cerca de sete mil assinaturas, e outra promovida por duas professoras da Escola Secundária de Alcanena, que reuniu mais de duas mil assinaturas.

A 10 de Março, o presidente da Câmara de Alcanena disse à agência Lusa que o projecto, que permitirá candidatar a fundos comunitários a resolução dos problemas do sistema que trata os efluentes das indústrias de curtumes, será assumido de forma tripartida entre o Ministério do Ambiente, a autarquia e a Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena (AUSTRA).

Na altura, Luís Azevedo assegurou que a assinatura do protocolo com o Ministério do Ambiente estava dependente da "clarificação" de alguns aspectos, nomeadamente sobre o valor da comparticipação financeira do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que ficava aquém do previsto pela autarquia.



Novos dados comprovam que as Contas da CM Faro estão no pior momento de sempre



Depois de analisado o Relatório de Gestão de 2008 já não há dúvidas. As contas da Câmara Municipal de Faro estão no pior momento de sempre, constituindo uma das situações de maior descalabro a nível nacional. Já o havíamos referido com grande preocupação. No entanto, o que sucedeu nos últimos dias agrava fortemente o problema:

- Pelo segundo ano consecutivo, a Assembleia Municipal não aprovou a prestação de contas do ano anterior;
- O parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) evidencia a ausência de rigor e de credibilidade nos documentos apresentados;
- Todas as seis assembleias de freguesia, durante as últimas semanas

aprovaram posições de protesto, pelo não pagamento de verbas por parte da Câmara Municipal, num total que ascende a mais de meio milhão de euros em falta.

Preocupa-nos que as despesas correntes sejam largamente superiores às receitas e desde 2005 que esta situação se vem agravando; que o passivo total tenha crescido 12 milhões face a 2007, fixando-se agora numa inacreditável cifra de 82 milhões de euros; preocupa-nos o aumento da dívida bancária em mais de 15% face a 2007; que o endividamento líquido total do Município tenha excedido em 7,6 milhões de euros o limite legal; que as dívidas a terceiros se tenham fixado nos 25,9 milhões de euros, mais 34% do que em 2007.

Como conclusão, rapidamente percebemos que está comprometida a realização de infra-estruturas fundamentais. O caos impera, o passivo acumula-se, as receitas baixam e a despesa corrente continua descontrolada.

Apesar disso, os credores continuam a desesperar pelo que é seu e que a CMF entende não pagar. É o que se passa com uma série de fornecedores que vão agonizando, à medida que vão vendo os prazos de pagamento ser sucessivamente protelados. Por outro lado, obrigados a defender-se, muitos acabam por fazer pesar na factura os custos financeiros deste atraso, onerando ainda mais as depauperadas finanças do Município.

Agravando o problema, nos mesmos dias em que estes sinais de descontrolo são conhecidos, os titulares da Câmara Municipal anunciam a contratação de mais pessoal, para as mesmas funções por outros já exercidas, aumentando a despesa corrente e as dívidas.

A urgência de um Plano de Reequilíbrio Financeiro

Por todas estas razões e outras mais, é urgente um Plano de Reequilíbrio Financeiro da Câmara, nos termos da Lei, definindo soluções a médio prazo, para acabar com a irresponsabilidade. Algo que obrigará, entre outras medidas, à redução de despesas supérfluas e à maximização das receitas que são hoje manifestamente insuficientes.

Já se percebeu que, até Setembro, tudo vai ainda piorar, com mais despesas descontroladas, sem nexos e sem critério.

A atitude desta candidatura é completamente diferente. A partir de Outubro, vai ser preparado o Plano de Reequilíbrio, o qual será presente à Assembleia Municipal, com a proposta de Orçamento para 2010, além de que a prestação de contas de 2009 será feita com todo o rigor, se necessário com apoio de auditores, para completa investigação e apuramento honesto de todos os valores em dívida.

Começará um novo caminho! - Gab. Imp. Candidatura PSD



Que Barreiro querem os Barreirenses?

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território são instrumentos da política de ordenamento do território, variando segundo a área de intervenção e segundo a escala de intervenção, sendo eles: Plano Director Municipal (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP).

O PDM abarca todo o território municipal, tratando-se de um instrumento de planeamento quanto à ocupação, uso e transformação do espaço, pelas distintas áreas sectoriais da actividade nele desenvolvidas e uma programação das execuções e investimentos municipais.

Os PU abrangem áreas urbanas e urbanizáveis e envolventes daquelas. Definem a organização espacial de uma parcela específica do território municipal, que exija uma intervenção integrada de planeamento, nomeadamente a definição da rede viária estruturante, localização de equipamentos de uso e interesse público, a estrutura ecológica, o sistema urbano

de circulação e transportes, o estacionamento, entre outros.

Os PP têm como área de intervenção, subáreas do PDM e dos PU. Desenvolvem e concretizam propostas de organização espacial de qualquer área particular do município, definem com pormenor a figura de ocupação e servem de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios, etc., tendo em consideração as prioridades estabelecidas no PDM e, eventualmente, no PU.

Em síntese, o PDM é um instrumento de carácter geral de ordenamento do território do município, que de certo modo tem o carácter de directivas de ordenamento, enquanto os PU e os PP são meios de execução, que especificam, quando necessário, o modo de atingir os objectivos determinados no PDM.

Os instrumentos de planeamento formam uma hierarquia, que não é obrigatoriamente sequencial, uma vez que cada plano opera a um nível específico



de problemas. No entanto, podem ser elaborados simultaneamente, os planos de nível diferente para a mesma área,

uma vez que os objectivos do PDM podem ser concretizados nos PU e nos PP, por outro lado, os planos municipais de nível inferior permitem alguns acertos, propostas de acções de monitorização e pormenorização do PDM.

O PDM Barreiro, em vigor desde 1993, 16 anos depois, largamente ultrapassado o término da sua vigência, representa uma estratégia e um modelo territorial que não correspondem às necessidades actuais, quando se verificam alterações ao desenvolvimento económico e social e se enfrentam grandes desafios e mudanças num futuro próximo.

O Plano ainda vigente, assenta no pressuposto de crescimento populacional duas vezes e meia superior à população do Barreiro de 1991, ou sejam, 210.000 habitantes. Daí decorreu um modelo espacial que possibilitou um crescimento sem o acompanhamento do respectivo desenvolvimento económico e social, bem como das infra-estruturas. Factores



como a diminuição da empregabilidade, a reestruturação da Quimiparque, uma rede de acessibilidades, entre outros, condicionaram o desenvolvimento do concelho do Barreiro, diminuindo drasticamente a importância que há muito tinha adquirido.

A perda de população, contrariamente ao previsto no ainda vigente PDM, aliada à redução das antigas condições de empregabilidade sem a geração de novas, a crescente mobilidade e acessibilidade a nível regional, dotou o Barreiro de características de “cidade dormitório”. Tendo em conta a realidade actual, rever o PDMB é indispensável e urgente para definir um conjunto de estratégias que preparem todo o Concelho para uma nova etapa de desenvolvimento e crescimento, e dar início a um novo processo de planeamento assente em 3 pilares: o ambiental, o estratégico e o territorial.

O enquadramento legal para o processo de revisão do PDM rege-se pelo DL 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo DL 310/03, de 10 de Dezembro, onde a revisão do PDM “decorre da necessidade de actualização das disposições vinculativas dos particulares contidas nos regulamentos e nas plantas que os representem,” (Art., 93º) e ainda “da necessidade de adequação à evolução (...) das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração...” (Art., 98º). A alteração às suas disposições pode decorrer “da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respectivas disposições legais e que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afectem as mesmas” (art., 93º). Sendo o PDM um instrumento de planeamento de elaboração obrigatória cujo “modelo de estrutura espacial (...) assenta na classificação do solo” (art. 84º), que define a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, é essencial que se tenha pré-estabelecido o modelo de cidade pretendida para se saber que caminho se deverá seguir para a obter.

Durante o anterior mandato autárquico (2001-2005), leia-se gestão PS, foi aprovada uma proposta a fim de iniciar a revisão do Plano. A proposta apresentada pelo vereador em funções na altura, Arq. Luís Pedro Cerqueira, e aprovada por maioria, em reunião do Executivo Municipal, no dia 23 de Novembro de 2003, foi publicado através de Aviso, no Diário da República, III Série, nº30, de 5 de Fevereiro de 2004 (deliberação 805/2003). Ou seja, 10 anos depois da sua entrada em vigor, teve início o processo de revisão do Plano, tal como suposto.

No entanto, todo o processo se manteve “congelado” e na sequência da conversão da Comissão Mista de Coordenação (constituída pelo Despacho nº 15066/2005, em Diário da República, 2ª série, de 11 de Julho de 2005) em Comissão de Acompanhamento (CA), nos termos do n.º 2 do art.º 22º da Portaria nº1474/2007 de 16 de Novembro (Aviso nº24144/2008, no Diário da República, nº188, 2ª Série, 29 de Setembro de 2008), realizou-se no dia 31 de Março de 2009, a primeira Reunião Plenária da CA. Ou seja, o processo de revisão inicia-se em tempo útil e em conformidade com o exigido legalmente, porém, facto é que a Comissão de Acompanhamento do PDM tomou posse apenas em 2009, 5



anos depois, e no final do actual mandato autárquico, leia-se gestão CDU.

Em suma, desde 2004 até 31 de Março de 2009 que nada se fez quanto à revisão do Plano Director Municipal. O Plano que define a ocupação, utilização e modificação do território municipal, pelos diversos sectores de actividade e planeamento de investimentos municipais.

Impõe-se, então, a questão fundamental que deverá condicionar todas as decisões relativamente a esta matéria: Que Barreiro queremos? Uma cidade industrial, uma cidade dormitório, de serviços... Que tipo de cidade querem os Barreirenses? Que futuro propõem as for-

ças políticas que têm estado à frente dos destinos do Barreiro, para a nossa cidade?

O objectivo da administração do parque industrial, QUIMIPARQUE, é providir à requalificação do território, fomentando a instalação de novas actividades e de novas utilizações da sua área de abrangência. No entanto, em conformidade com o PDM vigente, todo o território está classificado como espaço industrial o que põe várias dificuldades à alteração do seu uso.

A QUIMIPARQUE tem vindo, gradualmente, a proceder à recuperação dos espaços anteriormente destinados à indústria pesada e poluente, demolindo os edifícios e a possibilitar a fixação de actividades compatíveis com o uso permitido no PDM, embora em situação precária e em regime de aluguer.

A Câmara Municipal, ciente da importância do território abrangido pela Quimiparque e da sua revitalização para o futuro do Barreiro, deveria entender que qualquer processo de transformação deve ser encarado não de forma isolada, mas tendo em conta a globalidade do território e as consequências na cidade envolvente, sejam elas positivas ou negativas. O desenvolvimento económico e urbanístico e as orientações definidas para o desenvolvimento dos instrumentos de planeamento (através da revisão do

PDM e da elaboração dos planos de nível inferior, PU ou PP) deverão enquadrar a estratégia definida para o Barreiro como um todo, sendo a necessária transformação do uso do solo encarada sob a perspectiva de solidariedade territorial e com vista à melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem e trabalham no Barreiro, seja no centro ou na periferia.

Não estando definidos os objectivos fundamentais para o Barreiro, não conhecendo o modelo de cidade que se pretende, fará sentido aprovar o PU apresentado para o território da Quimiparque?

A 5 meses de terminar o mandato autárquico, este Executivo Municipal pretende aprovar um PU com défice de informação relativamente a indicadores essenciais quanto à ocupação do espaço?

E a revisão do PDM será condicionada por um PU? Todo o território do Concelho ficará sujeito às condicionantes e pressupostos do PU de 300 ha?

Terão a CDU e o PS, forças que têm dirigido os destinos da autarquia, ideias definidas quanto à cidade que os Barreirenses querem? Terão estas forças políticas uma ideia para o Barreiro? Então porque não promoveram a revisão do PDM, instrumento que define a estratégia para o município?

- CPS/PSD-Barreiro

Convocatórias

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



ALPIARÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alpiarça, para reunir no próximo dia 06 de Junho de 2009, (Sábado) pelas 16h00 na Rua José Relvas, nº 524, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00.

ALVALADE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alvalade de Lisboa - Secção B, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2009, (Segunda-feira) pelas 21h00 na Sede, sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1- Informações

2 –Ponto da situação e auscultação dos militantes relativamente à candidatura autárquica do PSD à Junta/Assembleia de Freguesia de Alvalade

3 - Análise da situação política

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Marinha Grande, para reunir no próximo dia 22 de Maio de 2009, (Sexta-feira) pelas 20h00 na Sede, sita na Av. 1º de Maio, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1- Análise da situação autárquica e preparação das próximas eleições

2- Análise da situação política

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Nossa Senhora de Fátima - Secção B, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00 na Sede, sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1- Informações

2 – Auscultação dos militantes relativamente à candidatura autárquica do PSD à Junta/Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima

3 - Análise da situação política

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2009, (Sábado) pelas 15h00 na Sede, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dtº, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1- Aprovação do Relatório de Contas de 2008 e Orçamento de 2009

2- Aprovação da candidatura à Câmara Municipal de Olhão nas eleições autárquicas de 2009.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2009, (Sábado) pelas 10h30 na Sede do Núcleo do PSD do Oeste, sito na Rua António Borges Marques Castanheira, nº 80 na Gandra, com a seguinte.



Ordem de Trabalhos

- 1- Preparação dos processos eleitorais
- 2- Análise da situação política

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2009, (Sábado) pelas 21h00 na Biblioteca Camilo Castelo Branco, sita na Av. D. Carlos Bacelar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- A situação política do País
- 2- As propostas do Partido Social Democrata
- 3 – Outros assuntos.



ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, convoco o Plenário dos Militantes da Secção de Albergaria-a-Velha da JSD, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 15 de Maio de 2009, pelas 21h30, na Sede do PSD, sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas entrada 4 r/c Esq. A/B, na Vila de Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política Local, Distrital e Nacional;
- 2 – Ponto de situação das Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas;
- 3 – Outros assuntos de interesse.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Hugo Rafael Soares)

ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, convoco o Plenário dos Militantes da Secção de Albergaria-a-Velha da JSD, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 31 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas entrada 4 r/c Esq. A/B, na Vila de Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Apreciação e Aprovação do Relatório de Actividades e Contas (art. 95º alínea D, dos Estatutos Nacionais da JSD);
- 3 – Eleição dos Órgãos de Secção

da JSD de Albergaria-a-Velha, (art. 95º alínea B, dos Estatutos Nacionais da JSD); (O período de votação é das 21h30 às 22h30m)

- 4 – Outros assuntos de interesse.

Nota:

As listas candidatas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, conforme n.º 4 do artigo 23º dos Estatutos Nacionais da JSD.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Hugo Rafael Soares)

PÓVOA DE VARZIM

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário no dia 21 de Maio de 2009, pelas 21.30 horas, na sede concelhia do Partido Social Democrata da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – Esq. 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.) Apresentação do Plano de Actividades;
- 2.) Análise da situação política local / Eleições Autárquicas;
- 3.) Análise da situação política nacional e europeia / Eleições Europeias;
- 4.) Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário Concelhio

(Carla Barros)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 14 de Maio de 2009, pelas 21:00 horas, na

Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro, 64, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Análise da situação política actual.

Ponto dois – Apresentação e discussão de ideias e estratégias para o programa eleitoral autárquico.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(Isabel Pinho)

QUELUZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos, convoco o Plenário da JSD Queluz, para reunir no próximo dia 6 de Junho (Sábado) pelas 17h00 na Sede do PSD Queluz, sita na Avenida D. Pedro IV n.º 28A, 2745 Queluz, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD Queluz

Nota:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

2. As urnas estarão abertas por um período de 3 (três) horas

O Presidente de Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD

(Sérgio Freire de Azevedo)